



FADIPA
Faculdade de Direito de Ipatinga

FACULDADE DE DIREITO DE IPATINGA - FADIPA
PROGRAMA DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PROPFADIPA
Av. Cândido Mariano Rondon, 195 - Ipatinga, MG
(31) 3822-8808
e-mail: pesquisa@fadipa.br

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE PESQUISA

Código:
(Uso da APESQ)

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A PESQUISA

1.1 TÍTULO DO PROJETO

As regiões metropolitanas e a Constituição Federal; o desafio da gestão integrada.

1.2 ÁREA DO CONHECIMENTO / LINHA DE PESQUISA

Ciências Sociais / Direito / Direito Constitucional

1.3 COORDENADOR(A)

Helio Wiliam Cimini Martins Faria

1.4 TITULAÇÃO

MESTRE

DOUTOR(A)

1.5 VIGÊNCIA Início **04/05/2016** Término: **04/05/2017**

1.6 PALAVRAS-CHAVE (no máximo 5)

Territorio, regulação, urbanismo, Constituição Federal, Urbanismo.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO (Apresentação do tema, justificativa, objetivos, fundamentação teórica e metodologia a ser utilizada) - Utilizar no máximo uma página e meia.

Os dados oficiais do ultimo censo indicam que trânsito, transporte, moradia e violência urbana são problemas que atingem sistematicamente as cidades, que por sua vez tentam implementar planos jurídicos de ordenação que nesse particular, somente atingirão seus objetivos materiais através de uma leitura do Direito Constitucional e sua aplicabilidade para as regiões metropolitanas.

Assim, a ocupação e regulação do espaço urbano ganham maiores contornos quando se faz necessário uma gestão integrada das regiões metropolitanas, como é o caso do Vale do Aço, uma vez que as ações em uma cidade podem influir positiva ou negativamente em outras na proximidade.

Percebe-se, contudo, que uma regulação urbana que possa caminhar no sentido de conferir função social a cidade - conforme legislação de regência - encontra aparente conflito na Constituição Federal, conflito que tem sido um dos grandes empecilhos para eficácia jurídica e material dos planos territoriais a exemplo do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado que se pretende implementar no Vale do Aço.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO – Continuação.

Justifica-se esta pesquisa no momento em que se deve desmistificar a alegação pueril de que o pacto federativo trazido na Constituição Federal de 1988 (art.1º) não contempla a gestão de regiões metropolitanas, que uma vez à margem e despactuadas, não encontrariam força jurídica para sua implementação fazendo com que haja uma legislação simbólica, que além de não servir como cogência oferece descrença e crise do Direito.

Num primeiro momento do discurso, as regiões metropolitanas não teriam competência para implementar seus objetivos de ordenação do espaço urbano. É que no bojo da CF/88 cabe aos municípios executar a política urbana e elaborar o plano diretor, mas cabe à União e Estados (excluindo-se os Municípios) legislar direito urbanístico, e por outro lado, cabe aos Estados instituir regiões metropolitanas.

E é justamente essa aparente confusão de competências que merece considerações ante a necessidade de dar função social à cidade na forma pretendida na legislação.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa servirá simultaneamente à comunidade científica e acadêmica no momento que se propõe a: *i.* revisitar a teoria da Constituição quanto à repartição de competências; *ii.* identificar e examinar as funções sociais da cidade que demandam maior incidência de políticas públicas; *iii.* demonstrar aos estudantes e demais interessados que o Direito Constitucional aplicado através de uma interpretação sistemática é uma possibilidade de resolver conflitos materiais e políticos quanto à ordenação da cidade.

Para observância dos objetivos propostos, o referencial teórico será fornecido por autores de Direito Constitucional e Administrativo, bem como os da área de filosofia do Direito, a exemplo de Canotilho (1999) Barroso (2015) Bonavides (2014), Foucault (1991) Haesbaert (2007).

Em relação à metodologia, a pesquisa será desenvolvida por meio da coleta de dados bibliográficos documentais e dados estatísticos de domínio público, que ao final resultaria em descrição e análise dos objetivos propostos.

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

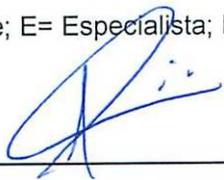
ETAPAS	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
ANO _____												
PLANEJAMENTO	X	x										
EXECUÇÃO			x	x	x	x						
AValiação							x	x	x			
RELATÓRIO										x	x	x

4. EQUIPE ENVOLVIDA NO PROJETO

PARTICIPANTES	SOLICITA BOLSA (sim/não)	TITULAÇÃO ⁽¹⁾
Felippe Rocha Carneiro	Sim	A
Helio Wiliam Cimini Martins Faria	Não	M

(1) TITULAÇÃO:

D = Doutor; M = Mestre; E= Especialista; B = Bacharel; A = Aluno.

COORDENADOR(A):  _____

DATA DE ENVIO À APESQ: 29/03/2016.

APROVAÇÃO:

Aprovado

Recusado

APESQ

DATA: ___/___/___